

**FLACSO - Biblioteca**

**II CONGRESO ECUATORIANO  
DE ANTROPOLOGÍA  
Y ARQUEOLOGÍA**

**Balance de la última década:  
Aportes, Retos y nuevos temas**

**Tomo I**

# II CONGRESO ECUATORIANO DE ANTROPOLOGÍA Y ARQUEOLOGÍA

**Balance de la última década:  
Aportes, Retos y nuevos temas**

**Tomo I**



2007

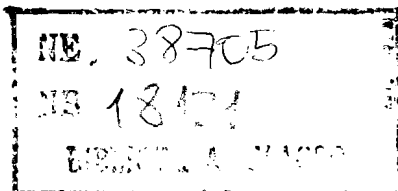
## II CONGRESO ECUATORIANO DE ANTROPOLOGÍA Y ARQUEOLOGÍA

### Balance de la última década: Aportes, Retos y nuevos temas

1era. Edición: Ediciones ABYA-YALA  
12 de Octubre 14-30 y Wilson  
Casilla: 17-12-719  
Teléfono: 2 506247/ 2 506251  
Fax: (593-2) 2 506255  
E-mail: editorial@abyayala.org  
Sitio Web: www.abyayala.org  
Quito-Ecuador

301  
C266  
V. 1

Banco Mundial Ecuador  
Av. 12 de Octubre y Cordero  
Edificio World Trade Center  
Torre B, Piso 13  
Quito-Ecuador  
Teléfono: (593-2) 2943600 ex 476  
Fax: (593-2) 2943601  
Sitio Web: www.bancomundial.org.ec

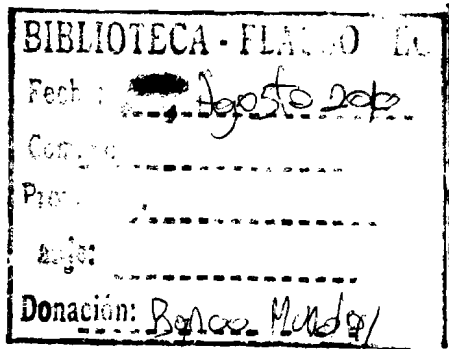


Diagramación: Editorial Abya-Yala  
Quito-Ecuador

Impresión Ediciones Abya-Yala  
Quito-Ecuador

ISBN: 978-9978-22-700-8

Impreso en Quito-Ecuador, octubre 2007



303231

300 García S., Fernando  
GAR II Congreso Ecuatoriano de antropología y Arqueología. Tomo 1.  
Balance de la última década: aportes, retos y nuevos temas.  
1º. Ed. - Quito: Abya Yala, 2007  
630 p. ; 21x15.5 cm.  
ISBN 978-9978-22-700-8

I. Título - I. Ecuador-Ciencias Sociales

# Índice

---

Introducción .....	9
Comunicado Final .....	13
<b>Mesa Redonda 1</b>	
<b>Desarrollo del Pensamiento Antropológico Ecuatoriano</b>	
De militantes, religiosos, tecnócratas y otros investigadores: La antropología ecuatoriana y el estudio de lo indígena desde la década de los setenta <i>Carmen Martínez</i> .....	15
Las antropologías latinoamericanas como segundas: situaciones y retos <i>Esteban Krotz</i> .....	41
Antropología ecuatoriana: entre la afirmación identitaria y el desarrollismo. Un balance de los últimos diez años (1996-2006) <i>José Almeida</i> .....	61
<b>Mesa Redonda 2</b>	
<b>Antropología y Género</b>	
Los estudios de género en la región andina <i>Norma Fuller</i> .....	91
Aportes de la antropología a los estudios de género: Notas para una reflexión <i>Mercedes Prieto</i> .....	107
‘Los reclamos de género’: hacia un entendimiento y una valoración distinta de la antropología de género en el Ecuador <i>Kathleen Fine-Dare</i> .....	121
<b>Mesa Redonda 3</b>	
<b>Arqueología ecuatoriana: balance de la última década</b>	
Una década arqueológica, hacia un Ecuador sin memoria <i>Francisco Valdez</i> .....	141
Diez Años de Soledad, o la Arqueología en los Tiempos del Cólera <i>Ronald Lippi</i> .....	151

Una serie de catastróficas desdichas. La curiosa historia de la cronología arqueológica del Ecuador <i>Karen Olsen Bruhns</i> .....	175
--	-----

**Mesa Redonda 4**  
**Antropología y Ecología**

Naturaleza y cultura. Un debate pendiente <i>Alexandra Martínez</i> .....	195
--	-----

**Mesa Redonda 5**  
**Antropología, Identidad y Política**

Antropología, identidad e política. Uma perspectiva do Brasil <i>Stephen Baines</i> .....	217
--	-----

**Simposio: Antropología de la salud y la enfermedad**

¿Nueva identidad/nuevo cuerpo? <i>Margarita Camacho</i> .....	235
--	-----

**Simposio de Arqueología**

La Arqueología de los mitmaqkuna y las fronteras multi-étnicas: implicaciones teóricas y prácticas <i>Tamara L. Bray</i> .....	273
---	-----

Vajillas para la elite hispana: las mayólicas del Guayaquil temprano (1547-1690) <i>José Chancay Vázquez</i> .....	283
---	-----

Comida para los muertos, cocina de los vivos: ofrendas funerarias de comida en el valle de Jequetepeque, Perú <i>Robyn Cutright</i> .....	321
--	-----

Primera aproximación a las culturas precolombinas de la alta cuenca del río Pastaza <i>Geoffroy de Saulieu y Carlos Duche Hidalgo</i> .....	337
--	-----

Nota descriptiva sobre un material formativo de las cercanías del volcán Tungurahua <i>Geoffroy de Saulieu y Jean Luc Lepennec</i> .....	371
---	-----

Manifiesto moralista por una Arqueología reaccionaria <i>Cristóbal Gnecco</i> .....	385
--	-----

Arqueología ecuatoriana: una nueva vía de comunicación <i>Gaetan Juillard</i> .....	399
--	-----

## **MESA REDONDA 5**

### **Antropología, identidad y política**

#### **Antropología, identidade e política**

#### **Uma Perspectiva do Brasil**

---

Stephen G. Baines\*  
stephen@unb.br

Neste trabalho pretendo resumir, a partir das contribuições da antropologia e, sobretudo, da etnologia indígena, que se faz no Brasil, a relação entre antropologia, identidade e política. Desde os anos 1960, Darcy Ribeiro (1979[1970]) mudou o enfoque da etnologia indígena que se faz no Brasil, da investigação de aspectos internos das sociedades indígenas tomadas como unidades sócio-culturais para o estudo das populações indígenas dentro do contexto da sociedade nacional. A partir da reformulação teórica da questão do contato interétnico entre povos indígenas e segmentos da sociedade nacional com a noção de “fricção interétnica”, tarefa realizada por Roberto Cardoso de Oliveira (1964, 1976, 1978), o estudo do contato interétnico e da identidade étnica tem sido uma marca da etnologia indígena que se faz no Brasil. A noção de “fricção interétnica” (1996[1964]), proposta por Roberto Cardoso de Oliveira a partir de 1962, e publicada no seu livro, “O Índio e o mundo dos brancos” em 1964, influenciou profundamente a produção em etnologia indígena ao longo dos mais de vinte anos posteriores.

Além de trabalhos de alguns antropólogos que se interessaram mais especificamente por aspectos internos da organização social e pa-

---

\* Professor Adjunto 4, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília; pesquisador 1B do CNPq. Meus agradecimentos ao Professor Fernando Garcia da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Quito, Ecuador, pelo convite para participar desta mesa no II Congreso Ecuatoriano de Antropología y Arqueología.

rentesco de sociedades indígenas (Viveiros de Castro, 1999), entretanto, sem omitir os impactos do contato interétnico, e pesquisas dirigidas para a questão de identidade étnica e política indigenista (Oliveira Filho, 1988, 1998 1999; Ramos, 1980, 1998; Lima, 1995; Gallois, 1992, 1996), há muitas pesquisas recentes sobre o ressurgimento étnico de povos indígenas invisibilizados historicamente por políticas governamentais, e pesquisas sobre o movimento indígena e políticas dos povos autóctones (Oliveira Filho, 1999, 2004 entre outros). A preocupação como o destino dos povos indígenas sobre cujos territórios o Estado brasileiro se expandiu resultou numa antropologia de ação que visa colaborar com esses povos na solução de alguns dos problemas que enfrentam decorrentes de uma longa história violenta de relações interétnicas desmedidamente assimétricas (Peirano, 1981; Melatti, 1986-90; Ramos, 1990). Ramos ressalta que uma característica que marca a etnologia indígena que se faz no Brasil é seu engajamento político (1990).

As questões de identidade e política têm recebido destaque em trabalhos sobre a política na sociedade nacional (Luís Roberto Cardoso de Oliveira, Carla Teixeira, Mariza Peirano e Moacir Palmeira), e em estudos sobre a questão negra formulados, também, em torno de políticas de cotas para negros e índios (Lívio Sansone, José Jorge de Carvalho, Rita Segato, Kabengele Munanga, e Peter Fry). Os estudos de gênero abrangem outra área grande de pesquisas em antropologia, permeados por questões de identidade e política. A expansão da antropologia no Brasil ao longo das últimas três décadas produziu um grande número de antropólogos que trabalham em múltiplas linhas de pesquisa sobre política e identidade.

Para abordar a questão de identidade e política na antropologia social é imprescindível mencionar a dinamicidade da situação atual em relação a pesquisas com povos indígenas, ainda mais evidente no caso do Equador, com uma população indígena estimada em mais de 35% da população nacional, do que no Brasil onde a população indígena constitui cerca de 0,3% da população nacional. Com o crescimento do movimento político indígena a partir da década de 1970, a relação entre o antropólogo e os povos indígenas tem mudado radicalmente, de pesquisas em que o antropólogo determinava os temas da pesquisa a situações recentes em que há uma negociação entre os povos indígenas e o antropólogo com a realização de pesquisas cada vez mais participativas e colaborativas (Repetto, 2002; Ramos, 1998).

As recentes transformações políticas das relações entre os povos indígenas e Estado/sociedade civil vêm acontecendo com uma rapidez sem precedentes nas últimas três décadas em nível mundial e, no Brasil, ainda mais rapidamente a partir da Constituição de 1988, com um processo crescente de empoderamento dos povos indígenas. Além das mudanças na Constituição brasileira de 1988, o reconhecimento de legislação internacional por parte do governo brasileiro, como o Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, aprovado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 07/06/1989, e ratificado em 2002 pelo governo brasileiro, depois de tramitar por 11 anos no Congresso Nacional. Ao entrar em vigor em 27/07/2003, a Convenção 169 da OIT traz para o ordenamento jurídico brasileiro diversas inovações que contribuirão para a defesa dos povos indígenas e passa a ser um importante instrumento internacional na defesa dos direitos indígenas brasileiros. A adoção da palavra “povos”, fundamentada no princípio de que os índios são sociedades permanentes, tem como intuito propiciar o estabelecimento de uma nova relação entre os indígenas e o Estado, baseada no reconhecimento da diversidade cultural e étnica. Além disso, a utilização do termo implica outorgar-lhes proteção e incentivá-los a estabelecer suas próprias prioridades de desenvolvimento.

Essas mudanças resultaram em situações inusitadas que as teorias clássicas sobre o contato interétnico não dão conta de explicar plenamente. No atual malestar teórico resultante dessas transformações rápidas no mundo que deixam os antropólogos sem ferramentas para acompanhá-las, faz-se necessário uma reavaliação das teorias sobre o contato interétnico. A proposta de “dialogia” de Adolfo de Oliveira (2002) oferece uma ferramenta dinâmica para abordar estas novas situações, ao visar uma etnografia da interlocução entre povos indígenas e Estados/sociedades civis nacionais, tendo como objetivo tornar visível o mosaico de interlocuções concretas, reais, entre agências de povos indígenas e aquelas da sociedade civil/estado nacional, nos vários países. Uma abordagem etnográfica da dialogia existente entre povos indígenas e as sociedades que os englobam poderia contribuir para a adaptação ao contexto das relações interétnicas as teorias (de caráter politicamente liberal) sobre dialogia de teóricos tais como Habermas e Apel, que não seriam capazes de abarcar a diferença étnica tal como colocada pelos movimentos indígenas atuais.



Tentativas de realizar uma micro-sociologia de aldeias e postos da Fundação Nacional do Índio (Funai) (Baines, 1991) oferecem outra abordagem para lidar com situações onde o local, o regional e o global interagem de forma constante, envolvendo os índios diretamente nos interesses de grandes empresas, a partir de noções como “indigenismo empresarial” (Baines, 1999). Tal abordagem visa dar conta de intervenções indigenistas agressivas atreladas estreitamente a ações predatórias de grandes empresas de capital transnacional. Esta abordagem procura fugir de uma reificação da noção de relações interétnicas a partir do enfoque etnográfico de relações *in situ* entre povos indígenas e agências do estado nacional, tais como frentes de atração, postos indígenas, etc, situações nas quais o “contato interétnico” ganha substância enquanto situação etnográfica concreta.

Outras abordagens recentes buscam definir o campo do “contato” como uma relação entre cosmologias diferenciadas (Albert & Ramos, 2002), trazendo para o campo dos estudos de relações interétnicas o olhar do “outro” indígena, pouco explorado desde as teorizações pioneiras de Roberto Cardoso de Oliveira (1971 [1964], Capítulo V) sobre o caboclo como “consciência infeliz”, no início dos anos 1960. Movimento semelhante, mas realizado de forma distinta, é aquele que busca a descrição de processos identitários nos quais se encontra presente a consciência indígena de si mesmo, buscando assim inserir o “outro” indígena novamente nas teorizações sobre “contato interétnico” (Caiuby Novaes, 1993).

Estas tentativas buscam lidar com alguns dos dilemas presentes na atualidade concernentes às relações interétnicas: sua dificuldade em representar novas formas de relações surgidas a partir da reconfiguração da sociedade civil no Brasil - e na América Latina em geral - a partir dos anos 1980; a oposição artificial corrente no Brasil e, sobretudo, no Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre estudos de “relações interétnicas” e estudos etnológicos “clássicos” de povos indígenas; a relativa ausência do “outro” indígena nas teorias sobre “relações interétnicas”.

Torna-se impossível apresentar, num artigo curto, a grande diversidade de pesquisas sobre identidade e política na antropologia que se faz no Brasil. Menciono apenas algumas linhas de pesquisa, como exemplos, sem desmerecer os trabalhos de muitos outros colegas de igual destaque. Iniciarei comentando algumas das linhas de pesquisa

sobre identidade e política no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, onde realizei o doutorado entre 1981 e 1988 e onde leciono desde 1989. O Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília é um dos quatro principais centros de excelência em Antropologia Social no Brasil, junto com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro; a Universidade de São Paulo; e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), também no estado de São Paulo, além de haver vários outros centros de excelência em pleno crescimento que mencionarei abaixo.

No Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, no início da década de 1980, Roberto Cardoso de Oliveira, que orientava diversas pesquisas sobre contato interétnico e identidade étnica, abriu uma nova linha de pesquisa sobre índios citadinos em Manaus com a colaboração de alunos da pós-graduação: Jorge Romano, Leonardo Fígoli e Marcos Lazarin. A partir de 1996, Alcida Ramos está coordenando uma pesquisa sobre a construção do indigenismo em que analisa os processos sociais e políticos que atuam na arena interétnica entre índios e brancos, criando um campo de reflexão próprio, o indigenismo. A mesma professora conduz uma linha de pesquisa etnológica, combinada com uma antropologia de ação, junto aos Sanumá, subgrupo Yanomami, que ela vem realizando desde 1968. É presidente atual da Comissão Pró-Yanomami (CCPY), criada em 1978, originalmente denominada Comissão pela Criação do Parque Yanomami, uma organização não-governamental brasileira dedicada à defesa dos direitos territoriais, culturais e civis dos Yanomami. Após muitos anos de uma longa e ampla campanha nacional e internacional de modo a pressionar o Estado brasileiro a efetuar a demarcação de uma área contínua e adequada às necessidades dos Yanomami, a Terra Indígena Yanomami foi demarcada em 1991 e homologada e registrada em 1992, numa área de quase 96.650 quilômetros quadrados. Atualmente a CCPY concentra-se nas áreas de saúde e educação.

Julio Cezar Melatti e Roque de Barros Laraia que, junto com Alcida Ramos, estavam entre os primeiros alunos de Roberto Cardoso de Oliveira no início dos anos 1960, têm uma grande produção em etnologia indígena que aborda tanto temas sobre organização social e parentesco como questões relacionadas ao contato interétnico, movimentos messiânicos, política e identidade.

Stephen Baines, após realizar pesquisa que conduziu ao doutorado na Universidade de Brasília, sob a orientação de Julio Cezar Melatti, sobre o contato interétnico entre os Waimiri-Atroari e os agentes da Funai em uma frente de atração, coordena um projeto de pesquisa, desde 1990, sobre o tema de Etnologia Indígena em contextos nacionais, focalizando, sobretudo, os estilos de etnologia indígena que se fazem no Brasil, na Austrália e no Canadá, e abrangendo pesquisas etnológicas que abordam a questão de identidade étnica e relações interétnicas no Brasil. Esse projeto abrange pesquisas de alunos tanto da pós-graduação quanto da graduação junto a diversos povos indígenas no Brasil. A partir de 2001, ele vem trabalhando numa pesquisa sobre etnicidade e nacionalidade em fronteiras internacionais, dentro de uma linha de pesquisa iniciada por Roberto Cardoso de Oliveira no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC) (Cardoso de Oliveira, Roberto & Baines, Stephen G., 2005). Desde 2001 vem colaborando no Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena na Universidade de Roraima, participando na ministração de mini-cursos. Participou entre 2003 e 2006 no Projeto Etnicidade, Região e Nação: reconfigurando a teoria a partir de saberes locais e espaços transnacionais, coordenado pelo Professor Leandro Mendes Rocha, da Universidade Federal de Goiás.

Os temas de identidade e política estão presentes em muitas pesquisas em antropologia fora da etnologia indígena. Luís Roberto Cardoso de Oliveira coordena um projeto de pesquisa sobre Antropologia da política, financiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência – PRONEX do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologia (CNPq), que abrange estudos que pretendem distinguir, de maneira etnográfica, a “política” como esfera social, identificando categorias e eventos socialmente significativos e analisando-os sob uma perspectiva antropológica. Dentro do Núcleo Antropologia da Política, PRONEX, Mariza Peirano conduziu um projeto sobre política e ritos de cidadania, concluída em 2004, que focalizou etnograficamente ritos de cidadania e a dimensão política em questão, em contextos diversos: movimentos sociais; simbolismo dos documentos de identidade; festas e eleições; perda de mandato parlamentar por falta de “decoro parlamentar”, etc. Este projeto abrangia alunos de graduação e de pós-graduação, além de outros pesquisadores como Luís Roberto Cardoso de Oliveira, Carla Costa Teixeira, Christine de Alencar Chaves, Cesar Ba-

rreira e Moacir Palmeira. Outro grupo de pesquisa sobre Formas Elementares da Política: rituais, conflitos e identidades vem sendo conduzido por Mariza Gomes e Souza Peirano e Luís Roberto Cardoso de Oliveira.

Lia Zanotta Machado vem coordenando uma pesquisa sobre O Lugar da Tradição na Modernidade Latino-americana desde 1990, que abrange uma análise comparativa da construção de identidades pessoais articuladoras das tradicionalidades e modernidades no interior de contemporâneos movimentos políticos nos países andinos e mesoamericanos através da análise de biografias e autobiografias de militantes políticos indígenas. O projeto de pesquisa inclui uma análise simultânea de cenas “micro-políticas” através da observação das relações entre líderes comunitários em “projetos de desenvolvimento”. Diferenças étnicas e de gênero são privilegiadas. A mesma professora, desde 1996, realiza pesquisas na linha de sociabilidade e identidades com a análise da construção de identidades heterogêneas (religiosas, alternativas, profissionais, de vizinhança, etc.) enfocados pela sua referência à sociabilidade urbana e ao imaginário do espaço brasileiro.

Outra pesquisa que Lia Machado vem conduzindo é sobre Relações de Gênero e Raça: Hierarquias, Poderes e Violência, que encontra no conflito, nos seus desdobramentos - violentos ou negociados - e nas suas formas de resolução a principal temática articuladora. Têm como referência empírica algum ou alguns dos aparelhos do Estado incumbidos de administrar conflitos ou de dar atendimento aos seus desdobramentos violentos. Desse modo, articulam-se de uma ou outra forma, poderes, conflitos e violências. Os conflitos interpessoais, as violências deles decorrentes e as formas como são resolvidos pelos agentes das instituições governamentais se constituem na temática central das pesquisas de Lia Machado, Lourdes Bandeira, Mireya Suárez e outros colegas, prestando atenção variável à importância das relações de gênero e de raça na produção, desdobramento e resoluções dos conflitos. A partir da observação da prática e dos sentidos dos policiais, as pesquisas de doutorandos procuram entender, respectivamente, a identidade policial e a relação entre o ethos nacional e a instituição policial, tratando de formas diferentes, com as temáticas do conflito, da violência, do poder e da masculinidade. Os estudos sobre gênero examinam o caráter socialmente construído dos gêneros masculino e feminino bem como as amplas possibilidades culturais de definir outras identidades se-

xuais. Abordam também os papéis sexuais, os processos de socialização e a especificidade da experiência social masculina e feminina, com reflexões sobre a construção dos gêneros pela teoria sociológica e o bias masculino na pesquisa e interpretação antropológica.

Rita Segato está coordenando um projeto sobre Antropologia e Direitos Humanos desde 2004, que pretende indagar as contribuições para a expansão do campo dos Direitos Humanos assim como avaliar os impasses entre o relativismo antropológico e o internacionalismo do Direito Contemporâneo. Abrange temas como prisões, e questões como minorias étnicas, pluralismo jurídico, ações afirmativas, direitos religiosos, violência religiosa, relações de gênero e o tratamento dos idosos e crianças numa perspectiva transcultural para subsidiar a reflexão. Segato é pesquisador principal do PRONEX “Movimentos Religiosos no Mundo Contemporâneo” do Ministério da Ciência e Tecnologia, membro do Grupo de pesquisa sobre “Religião e Sociedade” da CLACSO, e Pesquisadora Associada ao “Centro de Direitos Humanos Emilio Mignone” da Universidad Nacional de Quilmes.

José Jorge de Carvalho, desde 2000 está coordenando uma pesquisa que focaliza ações afirmativas para negros e índios nas instituições superiores de ensino superior no Brasil, que pretende realizar um estudo histórico e conjuntural da exclusão étnica e racial vigente nas instituições acadêmicas brasileiras e uma análise e acompanhamento das lutas pelas ações afirmativas (incluindo o sistema de cotas para negros no Vestibular, de vagas para índios e um sistema de preferências para a pós-graduação, para os concursos de professores e para a carreira de pesquisador) que visam construir uma nação brasileira deveras multicultural, capaz de promover a igualdade étnica e racial. Além da contribuição para o debate estritamente acadêmico sobre ações afirmativas e multiculturalismo, o projeto forma parte de uma atitude antropológica de engajamento social contra a discriminação étnica e racial nas universidades brasileiras.

O sistema de cotas para negros nas universidades brasileiras, adotado pela primeira vez na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 2001, tem gerado polêmica e divide opiniões. Há vários argumentos contra e a favor e a reserva de vagas vem gerando um debate sobre o racismo no Brasil. A primeira instituição federal de ensino superior a implementar o sistema de cotas foi a Universidade de Brasília (UnB), que aprovou em junho de 2003 um plano de metas para in-

tegração racial e étnica. O projeto, que entrou em vigor em 2004, prevê a reserva de vagas para negros e, num percentual menor, índios, durante dez anos. Um dos autores da proposta da UnB, José Jorge de Carvalho, acredita que o sistema de cotas é a única forma de se resolver o problema da exclusão racial no curto prazo. Carvalho argumenta que 97% dos atuais universitários brasileiros são brancos, contra 2% de negros e 1% de amarelos, num país em que 45% da população é negra. Segundo a antropóloga Yvonne Maggie, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a introdução do sistema de cotas rompe com o ideário da mistura na sociedade brasileira e pode exacerbar os conflitos. Carvalho contra-argumenta que a discriminação no Brasil é pela cor da pele e a intervenção no sistema deve ser racial. O debate extrapola a antropologia e envolve intelectuais de diversas áreas.

Outro grupo de pesquisa sediado no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília que aborda questões de identidade e política é Transformações no Mundo Contemporâneo: territórios, identidade, ideologia e coletividades emergentes, coordenado por Gustavo Lins Ribeiro e Paul Little. Gustavo Lins Ribeiro, desde 1996, vem coordenando uma linha de pesquisa sobre Identidades, Coletividades e Territórios na Globalização, que visa analisar novas formas de construção de coletividades, hibridações, e novos sujeitos políticos. Abrange migrações internacionais, espaços globais fragmentados, territórios diferenciados, e cosmologias territoriais de diferentes grupos e atores, identidades locais, regionais, nacionais, inter e transnacionais (e suas relações).

O Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEP-PAC) é uma unidade acadêmica da Universidade de Brasília, vinculada ao Instituto de Ciências Sociais e membro do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) que abriga o Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas. Entre as linhas multidisciplinares incluem-se conceitos centrais como cultura, identidade e etnicidade numa linha de pesquisa voltada para a compreensão das múltiplas situações, processos e dinâmicas socioculturais nas Américas. A pluralidade étnica e as estruturas colonialistas de subordinação são tratadas a partir da consideração de estudos empíricos em contextos específicos: regiões de fronteira, movimentos sociais, movimentos nacionalistas, áreas culturais e/ou etnográficas, instituições e processos políticos nas Américas. A partir de 1997 até seu falecimento em 2006, o

Professor Roberto Cardoso de Oliveira coordenou a linha de pesquisa em Nacionalidade e Etnicidade em Fronteiras, com diversas pesquisas sobre povos indígenas em fronteiras internacionais.

Apesar do CEPPAC ter poucos antropólogos em seu quadro, Cristhian Teófilo da Silva, que concluiu o doutorado 2005, atua na área de antropologia das relações interétnicas e raciais e antropologia política, com ênfase em estudos sobre identidade, fronteiras, políticas indígenas e indigenistas e teoria antropológica. Realizou pesquisas de campo entre os índios Tapuios e Avá-Canoeiros no Brasil Central e atuou como antropólogo-colaborador na identificação e delimitação da Terra Indígena Córrego João Pereira dos índios Tremembés (Ceará/Brasil) e no parecer de laudos antropológicos de identificação de terras de comunidades rurais negras.

Outro centro de excelência de antropologia no Brasil é o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre os professores que trabalham na área de etnologia indígena, João Pacheco de Oliveira vem pesquisando processos de territorialização e construção social da etnicidade, relações interétnicas, indigenismo, política indígena e etnodesenvolvimento. João Pacheco de Oliveira, junto com Antônio Carlos de Souza Lima, coordenam o Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED), criado em 2001 enquanto um laboratório de pesquisas formalizado junto à Congregação do Museu Nacional, vinculado ao Setor de Etnologia/Departamento de Antropologia. O LACED agrega pesquisadores de ao menos três outros grupos de pesquisa registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), liderados pelos integrantes desse laboratório, e diversos outros pesquisadores de outras universidades e de outras unidades da UFRJ. Realizou vários seminários e publicações. Abriga um vasto acervo de imagens em vídeo de depoimentos de integrantes de organizações e povos indígenas. Mantém projetos relativos às coleções etnográficas do Museu Nacional, e dá assessoria nessa área a centros de memória situados em outras partes do país. O LACED ofereceu junto com a Universidade Federal do Amazonas e com a Universidade Federal de Roraima dois cursos de especialização em gestão para o etnodesenvolvimento nos anos de 2002 e 2003, colaborando com a Universidade Católica Dom Bosco em outro curso. Sedia hoje o projeto "Trilhas de Conhecimentos: o acesso de indígenas ao

ensino superior - programa de fomento e investigações” ([www.laced.mn.ufrj.br/trilhas](http://www.laced.mn.ufrj.br/trilhas)). Realizou dois grandes seminários de debate de aspectos dos problemas sociais pertinentes aos povos indígenas no Brasil em 2002 e 2004. Antônio Carlos de Souza Lima realiza pesquisa na linha de Antropologia da Administração Pública, política indigenista e indigenismo.

Eduardo Viveiros de Castro realiza pesquisas em etnologia sul-americana, teoria do parentesco, teoria antropológica e antropologia da ciência. Coordenou o Projeto PRONEX “Transformações Indígenas: os regimes de subjetivação ameríndios à prova da história” (2003-06). É o coordenador do Núcleo de Transformações Indígenas, grupo baseado no Museu Nacional/UFRJ, e co-coordenador da Rede Abaeté de Antropologia Simétrica, distribuída no país e no exterior. Carlos Fausto realiza pesquisas em etnologia indígena, antropologia da guerra, antropologia da arte e antropologia e história.

Bruna Franchetto trabalha com etnolingüística da oralidade e a introdução e impacto da escrita e dos processos de escolarização em sociedade indígenas. Aparecida Vilaça realiza pesquisas em etnologia sul-americana, relações interétnicas, entre outros temas. Fora da área de etnologia indígena, Márcio Goldman realiza pesquisas na área de antropologia política, Federico Neiburg trabalha em antropologia da economia e da política entre outras linhas de pesquisa, Moacir Palmeira realiza pesquisas em antropologia da política, e Giralda Seyferth trabalha na área de relações interétnicas e migração, sociedades camponesas e antropologia das populações afro-brasileiras. Lygia Sigaud aborda os efeitos sociais de grandes projetos de desenvolvimento.

O terceiro centro de excelência em Antropologia Social no Brasil é o Departamento de Antropologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo. Dominique Tilkin Gallois realiza pesquisas em etnologia indígena sobre tradições orais e cosmologias indígenas, relações interétnicas e políticas indígenas, patrimônio cultural e etno-conhecimentos. Desenvolve uma antropologia da ação em atividades de assessoria direta a comunidades indígenas no Amapá e norte do Pará, colaborando especialmente na formação de professores e de pesquisadores indígenas do grupo Wajãpi. Assessora órgãos públicos e organizações não-governamentais em programas voltados ao desenvolvimento sustentável de comunidades indígenas. Outros antropólogos que realizam pesquisas em etnologia



indígena na USP são Beatriz Perrone Moisés, atuando principalmente nos temas de mitologia, antropologia política, legislação indigenista e América colonial; Márcio Ferreira da Silva que atua nos temas de parentesco, Waimiri-Atroari, sistemas dravidianos, e povos indígenas da Amazônia; e Marta Rosa Amoroso que trabalha com catequese e o processo de aldeamento indígena. Em áreas fora da etnologia indígena, Ana Cláudia Duarte Rocha Marques atua nas áreas de antropologia política, família e violência; Kabengele Munanga realiza pesquisas sobre populações afro-brasileiras e africanas; e Carlos Henriques Serrano com populações afro-brasileiras.

O Núcleo de História Indígena e do Indigenismo funciona na USP, com projeto de pesquisa “Sociedades Indígenas e suas Fronteiras na Região Sudeste das Guianas” coordenado por Dominique Tilkin Gaillois. Abrange pesquisa etnológica e etnolingüística de uma equipe de pesquisadores (professores e alunos de graduação e pós-graduação em etnologia e lingüística) interessados em aprofundar e divulgar o conhecimento dos processos de contato interétnico em curso na região sudeste das Guianas (terras indígenas do Amapá, Norte do Pará, Roraima, Guiana Francesa e Suriname). Além de uma área de “fronteira” no sentido tradicional (geopolítica, histórica, econômica e étnica), a região sudeste das Guianas representa uma fronteira ideológica, palco de encontros interculturais de diversas naturezas, através dos quais se manifestam tanto as diferenças étnicas entre os povos indígenas, quanto a orientação diferenciada das políticas nacionais que incidem sobre estas populações. O objetivo central deste Projeto é a investigação de situações de contato naquela região, através do estudo de experiências específicas, abordadas de uma perspectiva comparativa. Visa contribuir à renovação dos estudos de contato interétnico, clássicos na etnologia brasileira, apoiando as investigações no conceito operacional de “fronteira”, com vistas a uma análise das relações entre povos indígenas e sociedades nacionais.

O quarto centro de excelência em antropologia social no Brasil é a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). John Manuel Monteiro atua na área de história indígena; Nadia Farage realiza pesquisas em etnologia indígena, atuando principalmente junto ao povo Wapishana sobre retórica e oralidade. Robin Michael Wright estuda há trinta anos as sociedades indígenas do Alto Rio Negro, no noroeste do estado do Amazonas. Vanessa Rosemary Lea realiza pesquisa junto aos

Kayapó além de participar em consultorias e em projeto de educação indígena.

Outros centros de excelência em antropologia social que se destacam por linhas de pesquisa em antropologia, identidade e política são a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal da Bahia, e a Universidade Federal do Paraná. Há, também, muitos antropólogos que realizam pesquisas nesses temas em outras universidades espalhadas pelo Brasil. O Museu Paraense Emílio Goeldi em Belém do Pará é um centro de pesquisa destacada em antropologia com linhas de pesquisa voltadas para questões de política e identidade. A Universidade Federal de Roraima criou em dezembro de 2001, com a participação de antropólogos, o Núcleo Insikiran de Formação Superior Indígena, com o objetivo de promover e incentivar a formação de estudantes indígenas na Universidade Federal de Roraima. Em 2003, foi criado o curso de Licenciatura Intercultural que tem o objetivo de dar formação superior a mais de mil professores indígenas que atuam nas escolas das comunidades indígenas em Roraima, para que possam promover a construção de uma educação escolar diferenciada, voltada para os projetos de vida específicos das comunidades indígenas. No início de 2003 foi realizado o primeiro processo seletivo diferenciado, quando foi selecionada a primeira turma da licenciatura Intercultural, com sessenta professores.

Outro campo de atuação crescente em que antropólogos combinam seu conhecimento acadêmico com uma atuação política é de consultorias para agências governamentais e organizações não-governamentais indígenas, indigenistas e ambientais, tanto nacionais como internacionais. E na preparação de laudos periciais, e em estudos de impactos socioambientais de grandes projetos de desenvolvimento regional como usinas hidrelétricas, mineração, e hidrovias. Apesar da antropologia no Brasil ter uma tradição de defesa dos interesses de populações indígenas e tradicionais, está abrindo um campo para consultorias a serviço de empresas privadas nacionais e transnacionais que contratam antropólogos, com remuneração alta, para dar um aval antropológico para grandes projetos de desenvolvimento cujas consequências têm sido sempre nefastas para essas populações.

Este breve panorama de antropologia, política e identidade no Brasil, revela apenas algumas das linhas de pesquisa que atualmente es-

tão sendo desenvolvidas na antropologia que se faz no Brasil, e reflete temas que também têm recebido destaque na antropologia que se faz no Equador. Observam-se algumas semelhanças com a antropología que se faz no Ecuador, pelo fato que a maioria dos antropólogos que trabalha com povos indígenas realiza pesquisas em ambientes altamente politizados e combina pesquisas acadêmicas com o ativismo. Em outras áreas da antropologia que se faz no Brasil, o engajamento político caracteriza a vida acadêmica. Fernando Garcia ressalta que “el antropólogo debe tener un rol activo en la defensa de lo que cree, de lo que conoce, investiga y escribe, lo que no está en contradicción con la reflexión teórica, con la rigurosidad metodológica” (2004). Vou terminar citando Fernando Garcia, que afirma que “En países como los nuestros es muy difícil que los antropólogos seamos indiferentes en este tipo de situaciones. Con eso no quiero decir que te conviertas en un activista, pero sí que debas tomar posición en los debates públicos” (Ibid).

## Referências bibliográficas

- ALBERT, Bruce & RAMOS, Alcida Rita (orgs.)  
 2002 *Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado.
- BAINES, Stephen G.  
 1991 “É A FUNAI QUE SABE: A Frente de Atração Waimiri-Atroari”. Belém, Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq/SCT/PR. Coleção Eduardo Galvão.
- BAINES, Stephen G.  
 1999 Waimiri-Atroari resistance in the presence of an indigenist policy of “resistance”, *Critique of Anthropology*, 19(3):211-226.
- CAIUBY NOVAES, S.  
 1993 *Jogo de Espelhos: Imagens da Representação de Si Através dos Outros*. São Paulo: EDUSP.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto  
 1996 *O Índio e o Mundo dos Brancos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 4a edição [1964].
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto  
 1976 *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto  
 1978 *A Sociologia do Brasil Indígena*. Brasília: UnB; R.J.: Tempo Brasileiro.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto & BAINES, Stephen G. (orgs.)  
 2005 *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. (Coleção Américas).

- De OLIVEIRA, Adolfo Neves
- 2002 Fragmentos da etnografia de uma rebelião do objeto: indigenismo e antropologia em tempos de autonomia indígena. *Anuário Antropológico* 98. Rio de Janeiro: tempo brasileiro, p.109-130.
- GALLOIS, Dominique Tilkin
- 1992 “De arredio a isolado: perspectivas de autonomia para os povos indígenas recém-contatados”, In GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (organizador), *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 121-134.
- GARCIA, Fernando
- 2004 Entrevista com Fernando Garcia. *AIBR, Revista de Antropología Iberoamericana*, Nº34, marzo-abril. <http://www.aibr.org/antropologia/boant/entrevistas/mar0401.html>
- LIMA, Antônio Carlos de Souza
- 1995 *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MELATTI, Julio Cezar
- 1986-90 A Antropologia no Brasil: Um Roteiro. *BIB (Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais)*, o que se deve ler em ciências sociais no brasil, edição englobando BIB de nº 15 a nº 19, 123-211.
- PEIRANO, Mariza G.S.
- 1981 *The Anthropology of Anthropology: The Brazilian Case*, Doctoral Thesis, Harvard University, (publicada em *Série Antropologia* Nº 110, DAN, UnB).
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de
- 1988 “O Nosso Governo”: *Os Ticuna e o Regime Tutelar*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (org.)
- 1998 *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra capa Livraria Ltda.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de
- 1999 *Ensaio em Antropologia Histórica*, Rio de Janeiro: UFRJ.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.)
- 2004 *A Viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED.
- RAMOS, Alcida Rita
- 1980 *Hierarquia e Simbiose: Relações Intertribais no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, INL/MEC.
- RAMOS, Alcida Rita
- 1990 Ethnology Brazilian Style. *Cultural Anthropology*, 5(4), 452-472.
- RAMOS, Alcida Rita
- 1998 *Indigenism: ethnic politics in Brazil*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- REPETTO, Maxim
- 2002 *Roteiro de uma etnografia colaborativa: as organizações indígenas e a construção de uma educação diferenciada em Roraima, Brasil*. Tese de doutora-

do aprovada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília.

RIBEIRO, Darcy

1979 *Os Índios e a Civilização: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno*. Petrópolis, RJ: Vozes, 3ª ed. [1970 Civilização Brasileira].

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo

1999 Etnologia brasileira. In: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): Antropologia (volume I)*. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 109-223.